

"Salvaguardas Socioambientais: Perspectivas Comunitárias para uma Transição Energética Efetivamente Equitativa "

Este artigo visa oferecer um panorama sobre as salvaguardas socioambientais imprescindíveis para garantir uma transição energética equitativa no Brasil. Ele baseia-se na análise das informações contidas no **relatório "Salvaguardas Socioambientais para Energia Renovável"**, divulgado em janeiro de 2024, elaborado em conjunto por diversas instituições representativas do terceiro setor e que contou com o suporte do Plano Nordeste Potência. Ao final, elencamos como nós, da Ferreira Rocha Assessoria e Serviços Socioambientais (FR), vimos atuando ao encontro dessas salvaguardas ao longo do tempo, contribuindo de fato para alavancagem e manutenção da legitimização social de projetos de energia renovável.

Boa leitura!

Desenvolvimento energético x impactos socioambientais

O relatório aponta que, apesar do reconhecimento das usinas eólicas e solares como fontes de energia sustentável, essas iniciativas suscitam preocupações socioambientais significativas entre entidades regionais e nacionais. A procura por alternativas renováveis, motivada pela crise climática, vem encontrando no Nordeste brasileiro um cenário de expansão dessas usinas, que, paradoxalmente, revelam impactos adversos, questionando, segundo os autores do relatório, a denominação de "energia limpa".

Nesse contexto, o estudo destaca a urgência de se implementar salvaguardas socioambientais sólidas, capazes de proteger territórios e

comunidades, fomentando uma transição energética efetivamente justa e inclusiva. Ao abordar os desafios observados pelas comunidades afetadas pelas citadas fontes de energia renovável, o documento propõe ainda a adoção de mecanismos de proteção e estratégias de ação que resguardem os direitos humanos e a biodiversidade.

Aliança Estratégica para Proteção Socioambiental

O documento alega que, da forma como vem sendo feita, a ampliação da energia renovável intensifica conflitos territoriais, ameaça a biodiversidade e agrava injustiças socioambientais. Comunidades rurais, povos indígenas e grupos tradicionais se veem ameaçados de marginalização ou deslocamento, com seus estilos de vida e segurança alimentar comprometidos. Nessa ótica, reitera-se a necessidade de planejamento que respeite as particularidades locais e preserve os modos de vida tradicionais, evitando práticas contratuais predatórias e a concentração de renda.

As denominadas Salvaguardas Socioambientais, em desenvolvimento desde 2022, propõem medidas de proteção baseadas nos impactos vivenciados pelas comunidades, segundo a sua percepção. Para tanto, a elaboração do relatório incluiu análises de cenários, mapeamento de atingidos, diálogos, vivências, estudos e contribuições de especialistas.

O documento destaca a importância da implementação de políticas públicas nos territórios de forma prévia ao licenciamento ambiental dos empreendimentos, assim como o desenvolvimento de estudos de potencial energético permeados por avaliações socioambientais para definição de territórios apropriados para geração e transmissão de energia. As propostas incluem zonas de exclusão e modelos solares descentralizados, definidos em diálogo com as comunidades e com base nos princípios ambientais, além da garantia de acesso à energia e telecomunicações de qualidade para comunidades locais.

Defende ainda que deva ser prioritário que as políticas públicas criem mecanismos voltados para a preservação da terra para agricultura, a

conservação ambiental e a manutenção dos modos de vida de comunidades tradicionais e povos indígenas.

O relatório afirma que, principalmente onde há grande potencial energético, o estado deve priorizar a regularização dos territórios tradicionais, estruturar órgãos ambientais, dirimir conflitos agrários, planejar o uso sustentável com zoneamentos ecológicos-econômicos inclusivos e estimular a participação social nas devidas instâncias decisórias.

Nesse contexto, a colaboração entre empresas, poder público e sociedade é fundamental para assegurar a proteção de aspectos críticos como gênero, saúde, produção alimentar e direitos de comunidades tradicionais. A aliança entre setores também deve se comprometer com a implementação de melhores práticas sociais e ambientais em escala local e global, e incorporar a agenda ESG para evitar potenciais conflitos futuros, incluindo judicializações. A adesão à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com consultas prévias, livres e informadas, é essencial.

Segundo o documento, ao adotar tais medidas, o Brasil pode liderar pelo exemplo na produção de energia renovável que respeite tanto o meio ambiente, quanto os direitos humanos. As salvaguardas estão organizadas em cinco grandes temas, listados abaixo, e podem ser consultadas na íntegra no relatório

oficial: <https://drive.google.com/file/d/1SiQLIW9AZAMwCHyXi-zh6WSyo8k5AvvG/view?usp=sharing>

1. Contratos de cessão de uso da terra e servidão;
2. Emissão de outorgas de geração e transmissão de energia;
3. Políticas públicas e medidas complementares ao licenciamento ambiental;
4. Linhas de Transmissão;
5. Gênero e suas Interseccionalidades.

***O Papel Estratégico do Engajamento Comunitário para viabilizar uma
Transição Energética Justa e Responsável***

O relatório se fundamenta no fato de que a efetividade das salvaguardas depende de políticas que reconheçam e protejam os direitos das comunidades impactadas, promovendo justiça social e participação popular. Nesse sentido, advoga que a transição energética deva ser inclusiva, garantindo participação ativa das comunidades desde o planejamento até a operação dos projetos.

Ao encontro dessas salvaguardas, a FR já vem atuando na escuta ativa das comunidades e poderes públicos locais que convivem com projetos existentes ou futuros das diferentes formas de geração de energia – hidrelétrica, eólica e solar. Com o processo de escuta é possível identificar os receios e anseios dessas partes interessadas em relação aos impactos respectivamente negativos e positivos derivados desses empreendimentos, possibilitando, assim, agregar à visão "meramente" técnica da identificação e avaliação de impactos, também a vertente de análise social. A partir daí são gestados planos de ação com a participação desses comunitários e de representantes dos poderes públicos locais, incluindo formas de monitoramento participativo, bem como de divulgação e discussão de seus resultados em fóruns de acompanhamento social.

Como exemplos dessa atuação da FR se pode citar, entre outros, os diagnósticos sociais e planos de ação associados afetos aos complexos solares fotovoltaicos Alex, no Ceará, e Janaúba, em Minas Gerais; a reestruturação de programas de relacionamento social e educação ambiental para as UHEs Baguari, Baixo Iguaçu, Corumbá III, Dardanelos, Itapebi e Teles Pires; e a estruturação e implantação dos fóruns de acompanhamento social das UHEs Belo Monte, no Pará, e da UHE Sinop, no Mato Grosso.

Dessa forma, a FR vem atuando para que governo, empresas e investidores ouçam as comunidades afetadas e se comprometam com a melhoria contínua das salvaguardas, com o fortalecimento da participação

comunitária e com programas de educação ambiental e social que transcendam a comunicação meramente unilateral, ao encontro de maiores níveis de real legitimação social de projetos de energia renovável.



**Um abraço,
Delfim Rocha.
Diretor Executivo Ferreira Rocha Assessoria e Serviços
Socioambientais**